

SIMPÓSIO AT120

A LINGUAGEM DADA AO RISO NO CIBERESPAÇO: A CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES EMERGENTES NA ATUALIDADE

OLIVEIRA, Thyale Coelho de
PPGEL/UEFS/CAPES
thyalecoelho@gmail.com

BORGES, Carla Luzia Carneiro
PPGEL/UEFS
carlaluziacb@gmail.com

Resumo: O presente trabalho inscreve-se na linha teórica dos Estudos Discursivos Foucaultianos e apresenta uma discussão arqueogenealógica do riso na página do site *facebook* "Português da Depressão" que autoriza seus seguidores a rirem de usos linguísticos não legitimados. Objetiva-se analisar a prática do riso que deriva de um (pretense) saber gramatical normativo, ordenado sob um jogo de leis e regras que ditam a linguagem padrão. Acrescente-se a isso que o sujeito (atravessado pelo saber-poder), é capaz de (re)produzir subjetividades através da prática do riso, que aqui não se confunde com uma manifestação orgânica, mas está para além do seu aparecimento. Por conseguinte, busca-se problematizar uma prática regular na atualidade que insurge em uma ordem discursiva normativa, enquanto uma relação de poder e de controle, isto é, ri-se daquilo que destoa dos padrões, daquilo que foge às regras. Ademais, aborda-se o riso em uma perspectiva histórico-discursiva, a partir de Foucault (2014, 2008). Os resultados do trabalho apontam que o sujeito é constituído e moldado pelas regras sociais, sendo também, atravessado pelo saber-poder, um vetor discursivo, instrumento (do poder) formador de subjetividades na medida em que atua pela prática do riso, aqui concebido como um mecanismo disciplinar punitivo que insurge diante dos usos não desejáveis da língua portuguesa.

Palavras-chave: Riso; Sujeito; Língua; Arqueogenealogia;

Abstract: This work takes part of the theoretical line of Foucauldian Discourse Studies and presents an archeogenealogical discussion of the laughter on the Facebook page "*Português da Depressão*" which authorizes its followers to laugh at unlicensed linguistic uses. The aim is to analyze the practice of the laughter that derives from a (presumed) normative grammatical knowledge,

orderly under a set of laws and rules that dictates the standard language. Add this to the fact that the subject (crossed by the knowledge-power), is able to (re)produce subjectivities through the practice of laughter, which is not confused here with an organic manifestation, but is beyond its appearance. Therefore, the goal is to problematize a regular and contemporary practice that appears in a normative discursive order, while a relation of power and control, that is, to laugh at what is displaced of the standards, what doesn't follow the rules. In addition to that, laughter is approached in a historical-discursive perspective, based on Foucault (2014, 2008). The results of this work point out that the subject is constituted and molded by social rules, being also crossed by the knowledge-power, a discursive vector, instrument (of power) that forms subjectivities as it acts by the practice of laughter, here conceived as a punitive disciplinary mechanism that raises against the undesirable uses of the Portuguese language.

Keywords: Laughter. Subject. Language. Archeogenealogy. Knowledge-power.

Introdução

A partir da perspectiva arqueogenealógica Foucaultiana concebemos por meio desta escritura um espaço crítico de provocações relacionadas a uma problemática atual, (mas não propriamente concreta), que insurge em potência no ciberespaço. Referimo-nos à prática discursiva do riso perante os usos linguísticos não legitimados, tomados, na página de *Facebook* “Português da Depressão”, como alvos de “zoeira”.

O riso, assim concebido, dá-se por meio de reações virtuais nesse campo cibernético, a saber: comentários, curtidas, compartilhamentos. Vale salientar, ainda, que expressa muito mais do que uma reação orgânica humana, mas apresenta, para além de sua dimensão explícita, elementos não-visíveis. Isso significa que em nossa abordagem, escrutinaremos, brevemente, os atravessamentos histórico-discursivos inerentes à realização deste riso, no âmbito já referido.

Para tanto, tomamos como escopo basilar a problematização dos aspectos intrínsecos aos modos pelos quais o indivíduo se torna sujeito, no tangente às discursividades risíveis que compreendem a escrita da língua

portuguesa discordante do padrão de normatividade gramatical ensejado pelos domínios mais prestigiosos da sociedade.

Nesse sentido, é imprescindível analisar em que medida esta prática está articulada aos discursos com efeito de dominação que se inscrevem na historicidade, e de certo modo, movimentam subjetividades. É, pois, através da analítica de discursividades presentes na prática do riso, na materialidade selecionada, que nossas problematizações ganham corpo, possibilitando, desse modo, um espaço para discussões posteriores, que complementem as lacunas deixadas por estas breves linhas discursivas.

1. A historicidade dos discursos: um deslocamento no tempo

A historicidade é um aspecto intrínseco à constituição discursiva do sujeito de quem se ri, cujo modelo de escrita elaborado por esse não acompanha a linearidade das práticas discursivas dominantes em relação à Língua Portuguesa. Assim sendo, há que dar conta do processo pelo qual o sujeito é constituído, levando-se em consideração que “a história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito (...)” FOUCAULT (2008, p. 14).

Diante dessa afirmativa, o que a arqueologia quer revelar, conforme aponta Foucault (2008, p, 186), “é o nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discurso que têm, eles próprios, seu tipo de historicidade(...)”. “Considerando-se a historicidade inerente ao riso da atualidade em questão, operar um deslocamento no tempo é lançar-se em uma busca arqueológica, para dar visibilidade às condições de realização da prática discursiva do riso. Desse modo, lançamo-nos a acolher um determinado momento político de irrupção de acontecimentos, que possibilitou a dispersão anônima de enunciados caracterizadores das práticas linguísticas atuais.

Realizando, então, um salto do período inicial da República para a contemporaneidade, verifica-se um fio condutor que integra as discursividades relacionadas à questão linguística, presentes nos distintos momentos. Isto é, o riso que hoje emerge em função dos usos linguísticos não legitimados, só é

passível de acontecer no presente, devido à historicidade, que transversalizada por acontecimentos, conduziu os rumos discursivos da atualidade em relação à escrita da língua portuguesa.

No mais, foi durante o período pós monarquia que emergiram discursividades diversas responsáveis por construir e modificar a nova sociedade, na qual, a educação se converte em elemento-chave para a concretização dos ideais republicanos, que segundo Gregolin (2015), resultaram na produção de subjetividades a partir das práticas discursivas, que objetivavam corrigir a incivilidade dos brasileiros, promovendo o progresso.

Com o objetivo de atender à demanda histórica de construção identitária do Brasil, a rede escolar alojada no país no final do século XIX e início do século XX funcionou enquanto um dispositivo, expressando a urgência política guiada pelo ideário republicano, tomando por estratégias táticas a higienização e a educação. Nesse momento, a necessidade de formalização da escrita se fazia imperativa. E dessa forma, foram implantados os enunciados que interligavam práticas linguísticas à nacionalidade:

Um dos pilares da implantação do dispositivo escolar fundamentou-se na elaboração de enunciados que ligaram as práticas de linguagem à nossa nacionalidade. Nesse sentido, promoveu-se o reordenamento das práticas pedagógicas, incluindo a preocupação com a escrita e, conseqüentemente, o surgimento de cartilhas que buscavam introduzir e ampliar o ensino de uma escrita mais homogênea e regular em todo o país. A República nacionalizou o ensino da língua materna (e de geografia e história) e, para isso, houve necessidade de nacionalizar o livro didático. Com o passar dos anos, eles foram incorporados de forma tão sólida à memória escolar coletiva brasileira que acabaram por constituírem-se em importantes instrumentos para a consolidação da ideologia republicana (GREGOLIN, 2015, p. 13).

Observem como a constituição das práticas discursivas está estritamente correlacionada à historicidade. Isso significa que tais discursividades englobam processos de subjetivação e os efeitos de verdade, funcionando como esteio para novos discursos que admitem e defendem a formalização da escrita enquanto fator de progresso social.

2. Riso, língua e subjetividade: um movimento analítico

Partindo para o movimento analítico, considere-se a página “Português da Depressão”, enquanto um espaço possível para o riso, direcionado não somente à linguagem que não corresponde ao modelo gramatical desejável, mas também ao sujeito, ou grupo específico, que não conhece as regras de estrutura da língua, estando, de tal maneira, aquém da ordem instituída por decreto-lei, a respeito da ortografia da Língua Portuguesa, isto é, fora da ordem do discurso da gramática normativa, que determina como se deve dizer/escrever, como se constitui o bom falante, enfim, dita os modelos que devem ser seguidos.

Isso significa que precisamos conferir visibilidade ao aparecimento do riso na atualidade, elencando as superfícies onde é passível de aparição (FOUCAULT, 2008). Desse modo, consideraremos as instâncias sociais geradoras de um padrão de normatividade da língua portuguesa, com vistas a problematizar a tríplice tensão: língua, sujeito, riso.

A língua, por si só, não é cômica, mas assim é passível de ser considerada por aspectos que estão para além da materialidade de seus signos, assim expressos, mas decorre da discursividade histórica que a interpela, de certo modo, autorizando a prática do riso, que insurge mediante um desvio normativo.

Desse modo, ri-se da língua que não acompanha as regras prescritas pela gramática oficial, bem como do sujeito que não as conhece. Ora, o sujeito que ri, o faz a partir de um lugar, de saber constituído por práticas discursivas que delimitam a linguagem padrão. Assim como aponta Foucault (2008), o saber está disperso em diversos domínios (narrativas, decretos, leis, diagnósticos, disciplinas), estando propenso a transformações, bem como os discursos que o integram, na medida em que esses se adaptam às regras (gramaticais), obedecem a ordens específicas.

O riso, por exemplo, alicerçado no saber gramatical, funciona enquanto instrumento de controle do discurso, na medida em que se movimenta através

de uma força exterior que opera na coerção daquilo que não serve ao poder e ao desejo. Considera-se o autor do riso enquanto autoridade e disciplina no sistema de exclusão dos usos linguísticos não legitimados, que por sua vez não servem ao poder.

Segundo Foucault (2014), no interior de qualquer sociedade, o corpo é limitado por poderes que o cerceiam, o obrigam, ou o impedem, sujeitando suas forças, lapidando-o para servir à sociedade. De tal modo, o riso, enquanto uma técnica minuciosa, funciona como um mecanismo disciplinador através de uma micro-coerção dos corpos, sendo exercida com o objetivo de coibir os usos não padronizados do português.

Assim sendo, compreende-se o riso também, como um modo de punir, para adequação à vida social. Para Foucault (2014, p. 168): “O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar (...)”. Desse modo, o autor aponta para um aparelho cujas técnicas que possibilitem a visibilidade daqueles em quem se exerce o poder, como forma de coerção. Em tal conjunto, o riso funciona como modo de coibir o corpo de outro sujeito, exercendo poder (e saber) na medida em que se expõe o outro, sua forma de escrita (FOUCAULT, 2014).

Então, o riso insurge mediante a inaptidão em escrever conforme as normas prescritas pela gramática normativa, funciona como um modo de disciplinar “tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios” (FOUCAULT, 2014, p. 176). Desse modo, apresentam-se duas subjetividades: a do sujeito, disciplinado, que tem maior domínio gramatical do que aquele de quem ele ri, e o sujeito de determinado grupo, que não conhece as regras, utiliza-se da escrita apenas para comunicar algo, e por isso, torna-se “engraçado” para o primeiro sujeito.

Para melhor compreensão desse processo, apresentamos, a seguir, a imagem (censurada) de um sujeito que sorri e aponta para um cartaz comercial, confeccionado manualmente, cuja escrita destoa dos padrões normativos da língua portuguesa: “Vemde-çi jêlu 2.00. réauz (sic)” é a inscrição da qual se ri:

Figura 01 – Captura de postagem da página de Facebook “Português da Depressão”



Fonte: *site Facebook* (2017)

É importante ressaltar que o riso, enquanto uma prática discursiva, acarreta fraturas na configuração saber-poder, e constitui o objeto: a escrita tomada enquanto engraçada pelos sujeitos que riem no referido espaço virtual. A legenda da figura 01, editada pelos administradores da página em questão, traz o termo “geladinho” propositadamente escrito com a letra “J” para imitar a escrita da qual se ri na postagem. Essa estratégia de imitação é utilizada para conferir comicidade à postagem realizada pela página.

Considerações Finais

Em virtude da análise realizada, dos argumentos e escolhas temáticas propostos, compreendemos que o sujeito é constituído e modelado no registro social, uma vez que é inerente à historicidade e aos discursos responsáveis por sua constituição. Desse modo, os usos da linguísticos não legitimados somente é passível do riso dentro de um seletivo grupo da sociedade, que tenha bem delimitado seus limites e normas, isto é, que conheça as imposições

gramaticais em relação à escrita, uma vez que a prática em questão insurge mediante a uma transgressão da ordem. Desse modo, o sujeito que se utiliza dos usos não padronizados da língua, de forma alguma está preocupado em transmitir boa impressão de sua realidade linguística, mas apenas deseja comunicar algo, portanto, para ele sua forma de escrita não é engraçada, haja vista que não possui uma consciência linguística-normativa que lhe permita interpretar a forma como a qual se expressa. Fica claro, portanto, que o sujeito que ri dos usos linguísticos não legitimados, é o mesmo que sofre atravessamentos do saber-poder, e é desse modo que os discursos circulam na sociedade, convertendo o sujeito em uma peça da engrenagem normativa que trabalha em favor do poder na produção de subjetividades.

Referências

FOUCAULT, Michel. Ciência e saber. In: _____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 199-220.

_____. Michel. Os fatos comparativos. In _____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 p.177-186.

_____. Michel. A vigilância hierárquica. In _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 168-173.

PORTUGUÊS DA DEPRESSÃO. Site facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/PortuguesDaDepressao/photos/a.312913358786837/1284594784952018/?type=3&theater>> Acesso em: 20 maio 2019.

GREGOLIN. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados visibilidades, subjetividades. Moara **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras**, Belém, edição 43 Jan./Jun. 2015. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/download/2633/3782> acesso em 20 maio 2019.